

Não se nasce
monstra,
tampouco
uma se torna

j o t a M o m b a ç a

1 Anarcofunk é uma coalizão anarquista do Rio de Janeiro que usa da produção de música funk como meio de proliferação de ideias radicais no que toca ao anticapitalismo, às lutas urbanas e rurais, às rupturas com padrões de higiene, sexualidade e gênero, aos antirracismos. O trabalho delxs pode ser encontrado aqui: <<https://soundcloud.com/anarkofunk>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

2 Em certo sentido, essa formulação do “a gente” como “agente” está inspirada pela obra de YESSOUROUN, Amilcar L. Packer. *Eis a gente: ou de como a gente vira agente*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

3 Essa percepção da “guerra contra o corpo” foi elaborada com base em uma conversa com o pesquisador Vinhu Lacava, a certa altura de janeiro de 2017.

Ainda lembro com bastante nitidez a noite da virada de ano de 2014 para 2015. Eu estava atravessando a vila de Ponta Negra – a parte mais empobrecida de um bairro de classe média à beira-mar de Natal – com um bonde de pessoas desobedientes de gênero. Vínhamos todas agitadas, animadas por álcool, tesão e cocaína, rindo muito e cantando Anarcofunk¹ pela rua. Sentia-me forte e feliz pelo ano-novo. Eu estava vestindo botas pretas com saia curta e camiseta e caminhava displicentemente como se fosse um direito meu vestir-me e portar-me daquela maneira. No entanto, no momento em que fiquei para trás por um motivo qualquer, ao passar por um bar, um homem (cis) gritou contra mim, sem que eu houvesse sequer me dirigido ou olhado para ele: “ABERRAÇÃO!”.

A monstra que atravessa isso aqui opera sempre como uma manada e como um estilhaço. Como um a gente² aquém da individualidade e do nós. Como uma agência simultaneamente multitudinária e despedaçada. Como uma vidraça que quebra e estilhaça e faz cortes e sangra. Ela passa então como dor. Como um corte. Como a abertura do corpo a uma intensidade que só pode decorrer do fato afiado de um corte. Por isso ela opera sem sujeito. Porque é um sangramento. É um momento de colapso e esvaziamento do que quer que seja sujeito.

Se no centro há os cortes da estrutura, que arbitrariamente marcam este corpo como de um homem negro embranquecido – ou, como a lógica do colorismo racial brasileiro gosta de dizer, “pardo” ou “mestiço” –, puxado ao pai (negro) e projetado como parte da engrenagem cis-heterocapitalista; há – ao redor e à beira – essa força despossessiva, complicadora, que bagunça os processos de sujeição socialmente normalizados a que este corpo poderia aceder. Como uma onda devastadora que começa a tomar o asfalto e a destruir a orla para devolver a terra à própria terra. A monstra que atravessa isso aqui move esse tipo de força e assombra – em suas passagens – as filas do tornar-se. Não chega a formar um eu, uma entidade internamente coerente capaz de governar a si e as cenas de alteridade em que se engaja. Muito pelo contrário, a operação da monstra que atravessa isso aqui é deformar, desfigurar e problematizar indefinidamente as condições de possibilidade de um sujeito qualquer que seja.

O campo de batalha onde dançamos essa guerra é o corpo. E se trata – não tenham dúvida – de uma guerra contra o corpo³ – na medida em que o corpo (todo corpo) é sempre já corpo-colônia: terra

invadida e ocupada pelas forças da colonialidade, do capitalismo necropolítico e biopolítico distópico, do racismo antinegro e das supremacias branca e cisgênera. Esses sistemas operacionais marcadores da diferença e organizadores da alteridade que, pela força da reprodução de seu domínio sobre as formas do mundo, implicam-se com mais ou menos violência nos processos de formação de quaisquer corpos que sejam operados sob sua vigília.

Estou bastante convicta de que tangenciar a presença contundente desses sistemas não significa representá-los como fenômenos totalizantes. Por isso sei também que, em alguma medida – na contradição e conflitividade deste mundo –, assim como não há totalidade, não há fora. E o grito seco que me chama “ABERRA-ÇÃO!”, essa intervenção abrupta da socialidade no campo de força ontopolítico de minha deformação como sujeito, é que informa isso. Como imperativo sitiado do capitalismo-colonialidade necropolítico e biopolítico distópico; como linha de força ordenadora do campo de concentração colonial que se tornou o mundo: “você não vai poder sair para brincar (ou para andar na rua com o bonde), mas tampouco poderá continuar aqui”.

Gritaram-me monstra e, com a mesma força com que fui socialmente empurrada rumo a uma leitura da masculinidade mestiça como inerente às formas do meu corpo, encarnei o fracasso desse projeto e fui apontada e (também socialmente) marcada por isso. Um corpo levado ao limite da socialidade, posto à beira, por força da fricção dos mesmos sistemas que o impedem de ir além, de encontrar um “fora” e inscrever um “pós” aos termos descritores desses sistemas de reprodução da violência contra corpos como o meu – a saber, colonialidade, racialidade, sexualidade, modernidade, humanidade e gênero.

Mas neste aqui e agora, há forças e movidas que coexistem com a brutalidade desses sistemas; modos improváveis de contornar o incontornável do poder. Afinal, um corpo levado ao limite da socialidade é um corpo que não tem opção senão estudar a beira, adivinhar as passagens e elaborar uma política que simultaneamente cerca e descerca: cerca o Normal-Colonial, descercando as fronteiras que mantêm a coerência interna desse sistema. Assim é que a monstra que atravessa isso aqui corre abaixo e acerca, multiplica-se pelos lados sem com isso constituir um fora. É justo dentro, em brechas e desvios do projeto de totalidade do sujeito e do mundo capitalista-colonial que ela se prolifera.

A história dessa monstra cruza a minha justamente porque a minha história faz de mim uma criatura despossuída, alguém dos regimes de socialidade por me reconhecer negra, apesar do embranqueci-

mento; bicha, apesar do heteroterrorismo; e desobediente de gênero, apesar da inscrição compulsória aos códigos da masculinidade cisgênera. São justamente esses momentos de inversão e recusa da norma que inscrevem a história dessa monstra na densidade da minha própria história. Assim, em vez de dizer que sou monstra porque sou negra, porque sou bicha e porque sou desobediente de gênero, digo que sou atravessada por uma passagem monstruosa que cria condições para que eu desvie dos investimentos embranquecedores, heteroterroristas e normativos de gênero contra a minha vida. A monstra que atravessa isso aqui mora, portanto, no “apesar de”. Ela opera na quebra e não na elaboração de figuras alternativas do sujeito.

Também não estou falando de uma desconstrução. Isto é, de como certa socialidade me construiu como mestiça embranquecida, homem e (no marco das expectativas heteronormativas) hétero, para que em seguida eu fosse desconstruída por uma passagem monstruosa. O que a monstra que atravessa isso revela não é propriamente a reversibilidade dos constructos normativos, a possibilidade de desfazer o trabalho da norma para dar lugar a outras formas de ser gente e fazer o mundo, mas bem a fragilidade de toda construção de sujeito – seja o referente da norma ou o seu avesso. Em vez de falar em desconstrução – quando se trata de encontrar um dizer para tangenciar a presença da monstra nessas cartografias percebidas como minhas –, talvez devêssemos falar em sabotagem ou piquete.

Nesse sentido, as abordagens tradicionalmente construcionistas não estão equipadas para cartografar a passagem dessa monstra – porque pressupõem um tornar-se que é, aqui, recusado; assim como as desconstrucionistas não dão conta de perceber sua operação – porque ela antecede e envolve a assim chamada construção social da realidade. Falo de uma força despossessiva que se precipita sobre os processos de sujeição social, bagunçando-os; uma força complexa e complexificadora que sabota o sujeito no processo de sua sujeição; uma demolição fundamental na escala das ontologias.

A monstra que atravessa isso aqui não é um além, mas sim uma presença, uma materialidade, uma rebelião antissocial que se instala aquém da sujeição social e por isso a complica de baixo para cima, e nunca da maneira inversa. Não é sobre aprender a ser mais que sujeito, não é sobre se abrir ao movimento do mundo, transcender barreiras e permitir-se ser múltiplo, diverso, “multicultural e sem rótulos” – esses são, aliás, rótulos altamente valorizados no quadro das “subjetividades flexíveis” do “capitalismo antropofágico”⁴ contemporâneo. É, isto sim, sobre não completar os processos de sujeição, sobre um não-saber fundamental que desarticula o sujeito antes mesmo que ele se apresente;

4 A noção de “subjetividades flexíveis” é basilar para a crítica de Rolnik quanto à apropriação do que ela chama também “subjetividade antropofágica” – especialmente em sua variação como “antropofagia zumbi” ou “antropofagia reativa” –, pela lógica contemporânea do capitalismo mundial integrado. Ver: ROLNIK, Suely. *Antropofagia zumbi*. In: COHN, Sergio et al. (orgs.). *Azougue: edição especial 2006-2008*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

um ruído, uma pane, um vírus que se apodera – sempre momentaneamente – de um corpo e o impede de existir como corpo; que se apodera de uma ontologia e a impede de existir como ontologia.

Essa monstra é herdeira do legado desse “‘Outro” que foi, desde sempre, elaborado como exterior constitutivo e referente negativo do sujeito na matriz de poder antropofaloegologocêntrica;⁵ desse “‘Objeto” esgotado pelas práticas de tradução etnocêntricas da modernidade-colonialidade. Seu território é a “‘zona do não-ser”⁶ descrita por Fanon como mundo colonizado, onde é inviável tornar-se qualquer coisa, uma vez que a colonização opera sobre o domínio ontológico para garantir que todas as formas do ser sejam condizentes às perspectivas e aos pontos de vista do colonizador.

A monstra que atravessa isso aqui é, afinal, uma não-existência que se faz existir à medida que perturba e desestabiliza todas as coisas cuja existência é indissociável do Normal-Colonial; é uma força essencialmente negativa que se infiltra e prolifera nas sendas do mundo, apesar do mundo e contra ele. Não é, de forma nenhuma, o que me fez ser quem eu sou. Mas, antes, é o que sabotava os projetos de ser em que meu corpo (como colônia) é inscrito. Seria leviano, contudo, dizer que essa monstra me liberta do que quer que seja. Não vim aqui trazer esperanças ou desenhar novos ideais de resistência. O que meu texto tenta fazer é, no limite, cantar o ocaso de toda esperança, negar qualquer possibilidade de salvação, conectar-nos ao irredimível do mundo e conjurar, enfim, um estudo que precipite uma prática que permita mover alguém do sujeito, a encontrar e devir os germes da monstra que atravessa isso aqui.

5 A noção de “antropofaloegologocêntrica” é também uma proposta de Suely Rolnik, que visa evidenciar a integração das dimensões antropo (humanista), falo (patriarcal, masculina) e logo (racional, moderna) como sistemas de sujeição próprios das sociedades modernas coloniais.

6 Fanon cunha, em 1952, a noção de “zona de não-ser”. Ver FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

referências

- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.
- ROLNIK, Suely. Antropofagia zumbi. In: COHN, Sergio et al. (orgs.). *Azougue*: edição especial 2006-2008. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.
- YESSOUROUN, Amilcar L. Packer. *Eis a gente: ou de como a gente vira agente*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.